



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA DE BOMBEIRO MILITAR
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS**



**O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS DENTRO DO CORPO DE
BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL:
UMA ADAPTAÇÃO ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO SURDA**

**Paulo Roberto Andrade Caldas¹²
Mateus Barros e Silva Campos³
Prof. Bacharel Luma Gaudad Sardinha Carneiro⁴**

RESUMO

Este trabalho aborda o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio importante no atendimento à população que faz uso dessa língua. O Objetivo Geral é verificar se há previsão para o ensino da Libras nos cursos da Corporação, tendo em vista que é dever legal das instituições públicas atender bem aos que dependem desta língua. Foi feita revisão bibliográfica e pesquisa documental dos currículos do Curso de Formação de Oficiais (CFO), do Curso de Formação de Praças (CFP) e do Curso de Socorros de Urgência (CSU). Com base na literatura, constatou-se que uma comunicação falha leva a um atendimento insatisfatório, sendo importante profissionais aptos no atendimento em Libras para suporte às vítimas surdas. Verificou-se que há previsão de ensino da Libras somente para o CFO, militares que não dedicarão toda a carreira para a atividade-fim da Corporação, sendo necessário que o ensino chegue às Praças, por meio do CFP.

Palavras-chave: Deficientes Auditivos. Surdo. CBMDF. Ocorrências.

**TEACHING OF THE BRAZILIAN SIGN LANGUAGE INSIDE THE FIRE
DEPARTMENT OF DISTRITO FEDERAL:
AN ADAPTATION OF THE DEAF POPULATIONS NECESSITIES**

ABSTRACT

This research work approaches the teaching of the Brazilian sign language as an important way to serve the population that to use this language. The general aim is to verify if there is projection to teach Libras inside the corporation course. It is because all the public institutions must do an excellent customer service. It was done a

1 Artigo apresentado em 18 de Junho de 2020 como requisito para aprovação no Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

2 Cadete BM/2 P. Andrade – CBMDF. Aluno do Curso de Formação de Oficiais - Turma CFO 37. Lotado na Academia de Bombeiro Militar do Distrito Federal (ABM). Licenciado em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília.

3 Capitão QOBM/Comb. Orientador Cap. Campos – CBMDF. Bacharel em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília, mestrando em Estudos da Tradução pela Universidade de Brasília, especialista em BREC Leve e Perícia de Incêndios pelo CBMDF.

4 Graduada em Língua de Sinais Brasileira/Português como Segunda Língua pela Universidade de Brasília e em Psicologia pelo Instituto de Educação Superior de Brasília.

bibliographic review inside the CBMDF about the subject, and it was analyzed the concentration courses of the officers, corps and the emergency services, then it was concluded there is a projection to teach Libras, only for the officers. They are the firefighters that will not dedicate their careers to the main task of the corporation. The teaching needs to reach the corps, because whether it happens a gap in the communication, the customer service will be unsatisfactory, and then it is important to have professionals able to attend deaf victims in Libras.

Keywords: *Hearing Impaired. Deaf. CBMDF. Occurrences.*

1 INTRODUÇÃO

O Curso de Formação de Oficiais (CFO) e o Curso de Formação de Praças (CFP) são cursos iniciais que visam preparação do indivíduo selecionado em Concurso Público do Distrito Federal para cargo de Praças e Oficiais do CBMDF, para atuação nas áreas de Salvamento, Combate a Incêndio, Atendimento Pré-Hospitalar, para as Praças, e atuação em funções de administração e chefia, para os Oficiais (CBMDF, 2016; 2017). Já o Curso de Socorros de Urgência (CSU) é um curso de Especialização, que visa preparar o militar para atividades específicas dentro da corporação, e tem por finalidade preparar o bombeiro militar para atividades cotidianas relacionadas ao Atendimento Pré-Hospitalar (CBMDF, 2018).

A Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 trouxe, há 18 anos atrás, que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é um meio legal de comunicação e de expressão. Definiu também como uma comunicação de modalidade gestual-visual, feita por meio de sinais, expressões faciais e corporais. É amplamente usada por aqueles que tem deterioração grave da capacidade auditiva, sendo um importante meio de inclusão social dessas pessoas (BRASIL, 2002). Ainda de acordo com a lei 10.436, é obrigação das instituições públicas fazer um bom atendimento à população que usa essa comunicação.

Ainda assim, mesmo com tal obrigatoriedade, os deficientes auditivos são atendidos de forma ineficiente e, em alguns casos, até desrespeitados em sua condição, visto que os serviços prestados no país, de maneira geral, não têm profissionais capacitados para atendimento dos surdos (JESUS, 2013).

Estima-se, de acordo com a Organização das Nações Unidas (2014), que há cerca de 600 milhões de pessoas com deficiência no mundo. No Brasil, 45,6 milhões

de pessoas apresentam algum tipo de deficiência, este número corresponde a 23,9% da população brasileira; desse total, 7,6% apresentam perda auditiva severa. Já no Distrito Federal, de acordo com Campos (2013), existem por volta de 105 mil pessoas com algum grau de deficiência auditiva, e somente 7% do efetivo do CBMDF, mostrado em sua pesquisa, tem algum conhecimento da Libras.

Campos (2013) traz, em uma pesquisa feita com as Praças Socorristas, com 125 militares, que há diferentes etapas comprometidas no socorro quando não há comunicação satisfatória com o paciente, podendo até haver falseamento do diagnóstico inicial e adoção de tratamento errôneo. Desde a elaboração deste seu trabalho, a Libras foi incluída no Curso de Formação de Oficiais (CFO) em 2018, mas ainda não há previsão para ensino às Praças dentro do Curso de Formação de Praças, de acordo com o Projeto Pedagógico do CFP(CBMDF,2017).

Com base no exposto acima, este trabalho buscou responder a seguinte questão: como é previsto o ensino de Libras nos cursos de Formação do CBMDF?

O objetivo principal é verificar a presença do ensino de Libras nos cursos CFO, CFP e CSU. Como objetivos específicos foram elencados: diferenciar a Surdez da Deficiência Auditiva, Analisar os currículos dos cursos CFO, CFP e CSU, Apresentar como ocorre o aprendizado da Libras, Entender a acessibilidade que o Surdo tem ao CBMDF.

2 DESENVOLVIMENTO

Para se entender a abordagem da Libras no âmbito do CBMDF, é necessário entender tanto o cenário da Corporação atualmente diante da população que faz uso desse meio de comunicação, quanto o cenário em que os Surdos ou Deficientes Auditivos se encontram em relação aos bombeiros. Esta seção será subdividida para que alguns assuntos considerados importantes neste trabalho sejam explicados e possam exemplificar melhor pontos específicos para que o conjunto seja melhor entendido.

2.1 DIFERENÇA ENTRE SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA

De início, é importante saber a diferença entre essas duas terminologias, a Surdez e a Deficiência Auditiva, que possuem diferenças estabelecidas pelo ponto de vista médico, social e cultural, e são constantemente usadas como sinônimos.

Falando primeiro do ponto de vista médico, usando como base o artigo publicado pela *World Health Organization (WHO)* (2020), a Organização Mundial de Saúde (OMS), em seu artigo *Deafness and Hearing Loss*, a Deficiência Auditiva é uma perda na capacidade de captar sons, seja ela leve ou grave. No entanto, essas pessoas com dificuldade de audição se comunicam pela língua falada e podem fazer uso de aparelhos auditivos e outros dispositivos.

Ainda de acordo com a *WHO* (2020), a surdez é definida como “perda completa da capacidade de ouvir em uma ou ambas as orelhas”, sendo algo mais profundo, levando o indivíduo a fazer uso da língua de sinais para se comunicar.

Do ponto de vista Legal, segundo o decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. A diferença entre surdo e deficiente auditivo, trazido pela lei, está na utilização ou não da Língua Brasileira de Sinais.

Dentro do aspecto cultural, de acordo com um artigo no site HandTalk (HANDTALK, 2016), site voltado à comunidade surda que está vinculado ao aplicativo Hand Talk, uma espécie de tradutor de Libras, a diferença não é de quanto se consegue ouvir. É mais uma questão de reconhecimento pessoal. O indivíduo surdo, inserido na cultura surda, não se vê como um deficiente; ele está bem com sua condição e não a vê como um fator limitante, pois conseguem fazer tudo que outras pessoas conseguem fazer. Já os que não se identificam com a cultura surda, são considerados Deficientes Auditivos.

2.2 A NECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO DURANTE O SOCORRO

A comunicação falha durante uma ocorrência pode abrir espaço para um tratamento ineficiente ou inadequado. Santos (2009) fez uma análise experimental no 1º GBM, à época conhecido como 1ª Companhia Regional de Incêndio, com a guarnição da UR, antiga UTE, para saber como os Socorristas se portariam em um acidente com duas vítimas surdas.

Eram duas vítimas civis estudantes da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA-DF). A primeira só sentia tontura, sendo necessário apenas um acompanhamento dos sinais vitais e busca por informações. Apesar da vítima tentar dizer isso usando a língua de sinais, os socorristas continuaram seguindo todas as etapas do atendimento pré-hospitalar. Foi pedido pela vítima para que parassem inúmeras vezes, mas não foi atendida. Após alguns minutos, ainda de acordo com o relatado em seu trabalho, o simulado teve de ser interrompido pois a vítima passou a realmente sentir dor com as movimentações de seus membros pelos militares.

Na segunda vítima, um intérprete civil foi incorporado à guarnição como sendo um socorrista. Nessa segunda situação, bastava fazer o atendimento da perna da estudante, e assim foi feito de imediato, tendo em vista a presença do intérprete que direcionou o atendimento dos militares.

A comunicação é fundamental para que se evite falseamento no diagnóstico e, por consequência, um tratamento errado da vítima (CAMPOS, 2013).

2.3 O APRENDIZADO DE LIBRAS

O site Ensino.Digital (2019) fala que o processo de aprendizagem da Libras de maneira formal, que se estabelece dentro de uma sala de aula, tem por objetivo a retenção das regras e correção dos erros. O aluno passa a realizar atividades controladas pelo professor, o qual será responsável pela orientação quanto a reprodução dos sinais e a produção linguística (de produção de frases coerentes, por exemplo).

Essa relação formal, de acordo com Figueiredo (2006), é de evolução lenta, sendo o contato com a comunidade surda um fator preponderante para aquisição de proficiência. Ainda de acordo com Figueiredo (2006), a aprendizagem colaborativa da língua, quando se está em contato direto com surdos ou ouvintes fluentes, é o melhor meio de ensino, mas ainda exigiria do aluno um “aprofundamento e esforço **contínuo** “(grifo nosso).

Figueiredo (2006) estima que, apesar de insuficientes, 60 horas-aula seriam o mínimo para compreender a cultura dos surdos, entendendo o básico de sua conversação. Para o autor, o processo de aprendizagem se dá de melhor forma através de uma interação informal com os surdos, pois, o aprendiz que se envolve na comunidade surda, desenvolve de forma fluente sua nova língua. Cabe aos professores viabilizar estratégias didáticas de aprendizagem, atentando-se para as interações informais, sendo o ensino da Libras por um Surdo, ou um ouvinte inserido na comunidade Surda, o ideal para o processo ensino-aprendizagem.

2.4 ACESSIBILIDADE DOS SURDOS AO CBMDF

Não há meios que permitem uma ponte direta entre o solicitante surdo e a Central de Operações e Comunicações BM (COCB), como mostrado por Santos (2009) em sua pesquisa. A lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000,) define, em seu artigo 2º, inciso I, acessibilidade conforme descrito abaixo:

I - **acessibilidade**: possibilidade e **condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia**, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e **comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços** e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Foi criada, através da Lei nº 2.808 de 29 de outubro de 2001(DISTRITO FEDERAL, 2001), a Central Integrada de Atendimento e Despacho (CIADE) e, àquela época, ficou determinado que a Segurança Pública do Distrito Federal atenderia “**exclusivamente pelos números telefônicos 190,199 e 193**” (grifo nosso). Em substituição à CIADE, de acordo com o Decreto 39.227 de 10 de junho de 2018 (DF, 2018), criou-se o Centro Integrado de Operações de Brasília (CIOB) do qual a COCB faz parte atualmente.

Santos (2009) mostrou, ao questionar à antiga CIADE se havia algum mecanismo voltado para a vítima surda, que o único meio de comunicação ainda era por telefone. À época, Santos (2009) apontou que somente telefones adaptados poderiam servir de ponte entre solicitante surdo e o socorro.

Na realidade de hoje, no ano de 2019, o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina (CBMSC), no dia mundial do surdo de 2019, lançou um aplicativo para celulares, o SOS Surdo, que permite o acionamento do socorro direto pelos surdos, o que inexige a figura de uma terceira pessoa para fazer a ligação pelo 193 (CBMSC, 2019).

Um segundo problema é a pouca quantidade de militares aptos ao atendimento da vítima surda, como apontado por Campos (2013) em sua pesquisa. Ainda de acordo com o autor, em sua pesquisa com espaço amostral de 125 socorristas, 70 relataram já ter atendido pacientes surdos e somente 2 fizeram uso da Língua Brasileira de Sinais. Mesmo Campos, em suas pesquisa, apresentando que 7% do efetivo da Corporação tem curso de Libras ou têm conhecimento da Língua, a quantidade de militares que já atenderam vítima surda no CBMDF através do uso da Libras é pequeno, mostrando que os 7% é pouco diante dos 105 mil Deficientes Auditivos e Surdos presentes no Distrito Federal (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

2.5 FORMAÇÃO DOS MILITARES NO CBMDF

Para que se entenda o ensino da Libras dentro da Corporação, será feita uma análise dos currículos do Curso de Formação de Oficiais (CFO), do Curso de Formação de Praças (CFP) e do Curso de Socorros de Urgência (CSU), apresentando suas cargas horárias e possíveis inclusões de um curso de línguas. O currículo dos três cursos listados estará em Anexo para conferência ao final deste trabalho.

2.5.1 CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

A Academia de Bombeiro Militar (ABM), onde ocorre o Curso de Formação de Oficiais, é responsável pela formação, habilitação e preparação de Oficiais para o exercício dos cargos e funções dos diversos Quadros de Oficiais Bombeiro Militar e “tem por **finalidade tornar o indivíduo apto para exercer** funções de **administração** pública” (CBMDF, 2016 grifo nosso).

O curso ocorre ao longo de dois anos letivos, totalizando 3613 horas, já inclusas as 95 horas de atividades complementares (como eventos, palestras, seminários) e as 528 horas de estágio supervisionado. É dividido em três grandes eixos, Básico, Militar e Técnico-Profissional (vide anexo A). No Eixo Básico, que visa “desenvolver competências Cognitivas, Operativas e Atitudinais de suporte a **formação geral** do Cadete”, há previsão de ensino da Língua Brasileira de Sinais para os futuros Oficiais(CBMDF,2016).

2.5.2 CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS

O Centro de Formação de Praças, onde ocorre o Curso de Formação de Praças (CFP) é responsável pela formação do Soldado Bombeiro Militar “visando **habilitar o indivíduo para atuação na área-fim** da Corporação” (CBMDF,2017 grifo nosso)

O curso não possui duração específica, possui 1600 horas, já inclusas as 70 horas de atividades complementares (como eventos, palestras, seminários) e as 150 horas de estágio supervisionado. É dividido em quatro grandes eixos, Básico, Técnico-Profissional, Prática de QBMG e Estágio Operacional Supervisionado (vide anexo B). Em paralelo com o CFO, não há previsão do ensino de Libras para os Soldados Bombeiro Militar dentro do Eixo Básico, que visa o desenvolvimento de competências de âmbito geral (CBMDF,2017).

2.5.3 CURSO DE SOCORROS DE URGÊNCIAS

De acordo com o site institucional do CBMDF (2018), o CSU, um dos vários Cursos de Especialização disponibilizado pela Corporação, possui um total de 300 horas-aula e tem por finalidade preparar o bombeiro militar para atividades

cotidianas relacionadas ao Atendimento Pré-Hospitalar. O curso, como pode ser visto em seu currículo, ocorre ao longo das 6 semanas e tem por meta transferir o conhecimento de 5 disciplinas; dessas, é feita uma subdivisão, chegando ao total de 25 conteúdos específicos que o bombeiro tem de ter conhecimento ao final do curso. Há algumas atividades que são complementares ao ensino-aprendizagem, como o Estágio Supervisionado, que contam carga horária e tem de ser cumpridas como requisito para que o militar se forme.

3 METODOLOGIA

Para análise do ensino da Língua de sinais dentro do CBMDF, foi feita uma Revisão Bibliográfica e uma Pesquisa Documental. Para a pesquisa bibliográfica, foram utilizados trabalhos de Oficiais que produziram estudos na área dentro da Corporação, como o Campos, (2013) e Santos (2009). Na análise documental, foram usados os currículos do CFO, CFP e do CSU, verificando se há previsão do ensino de Libras nos cursos dentro da grade curricular e a carga horária dos cursos. A análise aqui feita abordará a carga horária dos cursos e se há ou não previsão do ensino de Libras. Os currículos poderão ser conferidos ao final deste trabalho, nos Anexos A, B e C.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunicação falha durante uma ocorrência pode abrir espaço para um tratamento ineficiente ou inadequado, de acordo com Santos (2009). E para Campos (2013), a comunicação é fundamental para que se evite falseamento no diagnóstico e, por consequência, um tratamento errado da vítima. Ambos os pesquisadores apontaram mudanças que precisavam ocorrer no CBMDF, como o ensino de Libras, um canal de comunicação para Surdos dentro da COCB, e desde a publicação de suas pesquisas, não houveram adaptações significativas que ajudassem na inclusão do surdo junto do CBMDF.

4.1 FORMA DE APLICAÇÃO DA LIBRAS DENTRO DA CORPORAÇÃO

Mesmo sendo uma língua nativa, cabe uma analogia ao dito pelo Jornal Estadão (2016), em uma matéria sobre o aprendizado de língua estrangeira: a aquisição de uma nova língua é algo que demanda esforço e tempo, algumas poucas horas são insuficientes para lograr êxito no diálogo fluente.

A ideia de formação básica em Libras para os bombeiros seria estabelecida como a capacidade de fazer perguntas por sinais que sejam corriqueiras em um socorro, tomando como base as Etapas do Atendimento Pré-Hospitalar, vistas no *Prehospital Trauma Life Support; (PHTLS)* (2016), e, ainda, capacitado em entender as respostas de perguntas diretas.

Essa ideia de direcionar totalmente o ensino, encurtando o tempo necessário para aprendizado, ainda teria, de acordo com Santos (2009) a obrigatoriedade da instrumentalização basilar da língua, abordando aspectos como pontos de articulação dos gestos, o tipo de movimento, a orientação (que é a direção que se aponta a palma da mão) e as expressões faciais, para, somente a posteriori, pular para o aprendizado dos diálogos corriqueiros em um socorro, levando em consideração as perguntas previstas dentro das Etapas do Socorro do PHTLS.

4.2 A GRADE CURRICULAR DO CFO

O CFO, apesar de ser um curso de formação que visa o preparo do indivíduo para a chefia, comando e administração da Corporação, possui previsto em sua grade curricular o ensino da Libras (CBMDF, 2016). Campos, em sua pesquisa de 2013, apontou a importância da Libras e, desde então, a inclusão na Corporação se deu unicamente no CFO.

Apesar de ser uma adaptação inicial válida, a melhor estratégia seria incluir o estudo dessa língua para os militares que mais estarão em contato com a atividade-fim durante a carreira, as Praças.

4.3 A GRADE CURRICULAR DO CFP

Dentro do Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Praças Bombeiro Militar CFP/BM (CBMDF, 2017) não há previsão de datas fixas para realização do

curso, sendo a forma de projeção das 1600 horas durante os dias o determinante do tempo de duração em meses.

A grade curricular do CFP visa “contemplar a **interdisciplinaridade** dos saberes” e traz que a adaptação da relação teórica e prática é fundamental para alcance dos objetivos de formação do militar; acrescento ainda que a interdisciplinaridade é também importante para desenvolvimento de melhores relações sociais com a população, sendo importantes as matérias que já existem no Eixo Básico, como o ensino do brio militar, e a inclusão de novas, como a Libras.

Considerando o tempo mínimo de 60 horas apontado por Figueiredo (2006); que a formação no CFP visa a capacitação para a atividade-fim da Corporação (CBMDF,2017) e, ainda, que o curso das Praças não tem limítrofe em questão de dias letivos, julga-se a implantação do estudo da Língua Brasileira de Sinais dentro do CFP a melhor estratégia de implantação dentre os três cursos aqui estudados.

4.4 A GRADE CURRICULAR DO CSU

O conteúdo de um Curso de Especialização é denso e tem um tempo curto para ser cumprido. A extensão das horas-aulas do curso seriam inevitáveis, levando em consideração a proposta mínima de 60 horas de Figueiredo (2006). A diferença para o CSU seria na adaptação do curso para comportar as 60 horas, compilando as 360 horas nas 6 semanas, adensando ainda mais o curso, ou estendendo os dias letivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de senso comum a ideia de que uma boa comunicação durante o atendimento seja importante, podendo levar a um atendimento inadequado e até ineficaz. A produção de conhecimentos aqui feita, baseada na pesquisa de alguns autores da área afirmaram tal importância. O problema apontado no início do trabalho é fatídico no CBMDF.

O objetivo principal apresentado foi cumprido, tendo em vista que os currículos do CFO, CFP e CSU foram analisados e somente o currículo do CFO havia previsão do ensino da Libras, o que ainda mantém a Corporação em defasagem quanto ao atendimento do Surdo, já que as Praças continuam sem esse

conhecimento. Os objetivos específicos, “diferenciar a Surdez da Deficiência Auditiva”, “Analisar os currículos dos cursos CFO, CFP e CSU”, “Apresentar como ocorre o aprendizado da Libras” e “Entender acessibilidade que o Surdo tem ao CBMDF.” foram alcançados e podem ser conferidos dentro do tópico 2. Desenvolvimento.

Com base no que se pode ver, a inclusão da Língua de Sinais dentro da Corporação é importante e o ensino precisa estar disponível àqueles que estão em maior contato com a população. Essa adaptação, mesmo que vista como relevante por todos, está atrasada, conforme dito por Jesus (2013), e tenderá a manter essa situação se não nos tirarmos da inércia.

Hoje o CBMDF oferta curso de Língua de Sinais dentro do CFO, para aqueles militares que serão responsáveis pela administração do CBMDF e destinarão um curto período de sua carreira na atividade-fim, o socorro. No CSU, o principal impeditivo para inclusão é a carga horária do Curso, que já tem um curto período para execução e, caso o tempo de curso seja estendido, acredita-se que causaria desinteresse pela especialização.

A melhor opção para inclusão, atingindo aqueles que destinarão um maior tempo de sua carreira na atividade-fim, é dentro do CFP. O curso inicial das Praças, apesar de ter previsão de uma carga horária, não tem definição de semanas para que se cumpra. Uma extensão da carga horária para inclusão da Libras seria melhor adaptável dentro do CFP que no CSU.

O não cumprimento das legislações estabelecidas para acessibilidade e atendimento adequado do surdo sofre um grande atraso na efetivação de várias áreas públicas do país, afirma Jesus (2013) em seu Trabalho de Conclusão de Curso de medicina, e se faz necessário a inclusão social dessa população adequando os órgãos ao atendimento desses pacientes. Apesar da pequena quantidade de ocorrências relatadas pelos pesquisados, a Língua Brasileira de Sinais é considerada uma língua nativa do Brasil, pela lei 10.436 de 2002, e tem pessoas que dependem dela para a comunicação. Há aspectos legais e sociais que mostram a importância da inclusão da Língua Brasileira de sinais dentro do CBMDF.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm#art18 . Acesso em: 19 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm . Acesso em 20 de abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº5.626, de 22 de dezembro de 2005**.Regulamenta a Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília - DF, 23 dez. 2005.

CBMDF. **Currículo do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar – CFO/BM**. Brasília, DF, 2016.

CBMDF. **Currículo do Curso de Formação de Praças Bombeiro Militar – CFP/BM**. Publicado no BG n.º 241, de 22 de dezembro de 2017. Brasília, DF, 2017.

CBMDF. **Edital do Curso de Socorros de Urgência em Atendimento Pré-Hospitalar Brasília**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.cbm.df.gov.br/5051-edital-do-curso-de-socorros-de-urgencia-em-atendimento-pre-hospitalar-csu-aph-2019-turmas-a-e-b?highlight=WyJjc3UiXQ==> . Acesso em: 19 Jun. 2020

CBMDF. **Plano Estratégico 2017 - 2024. Brasília**: [s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.cbm.df.gov.br/2012-11-12-17-42-33/2012-11-13-16-14-57?task=document.viewdoc&id=11718> . Acesso em: 4 maio 2020.

CAMPOS, Mateus Barros e Silva. **A Implantação da Língua Brasileira de Sinais no Atendimento Pré-Hospitalar pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal: uma forma de potencializar a qualidade do serviço prestado aos pacientes surdos**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Formação de Oficiais) - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasília, 2013.

CBMSC. **Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina lança aplicativo inédito para atendimento de surdos**. Florianópolis, 2019. Disponível em: https://portal.cbm.sc.gov.br/ws_portal/index.php/sala-de-imprensa/noticias/institucionais/4392-corpo-de-bombeiros-militar-de-sc-lanca-aplicativo-inedito-para-atendimento-de-surdos . Acesso em 20 de jun. de 2020

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 2.808, de 29 de outubro 2001**. Cria a Central de Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Diário Oficial [do] Distrito Federal, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 nov. 2001.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 39.227, de 10 de julho 2018**. Cria o Centro Integrado de Operações de Brasília - CIOB e dá outras providências. Brasília, DF, 10 de jun. 2018

ENSINO DIGITAL. **Aprendizagem de Libras por um ouvinte**, 2019. Disponível em: <https://ensino.digital/blog/aprendizagem-de-libras-por-um-ouvinte> . Acesso em 21 de jun. 2020

ESTADÃO. **Os processos de Aprendizagem de uma língua Estrangeira**, 2016. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/blogs/vital-brazil/os-processos-de-aprendizagem-de-lingua-estrangeira/> . Acesso em: 19 jun. 2020.

FIGUEIREDO, F.J.Q.de. A aprendizagem colaborativa de línguas: algumas considerações conceituais e terminológicas. In: (Org.). **A aprendizagem colaborativa de línguas**. Goiânia: Ed. UFG, 2006. p. 11-45.

HANDTALK. **Surdo ou Deficiente Auditivo: Qual a nomenclatura correta?**, 2016. Disponível em: <http://blog.handtalk.me/surdo-ou-deficiente-auditivo/> . Acesso em 21 de jun.2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: Características Gerais da População. População, Religião e Pessoas com Deficiência. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html> Acesso em 19 Dez. 2019

JESUS, R. B. **A interpretação médica para surdos**: a atuação de intérpretes de LIBRAS/Português em contextos da saúde. Florianópolis,2013

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS. **PHTLS - Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado**. Tradução de Renata Scavone et al. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e as pessoas com deficiência**: Nações Unidas no Brasil. Brasil, 2014. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/a-onu-em-imagens-resumo-semanal/>. Acesso em: 26 jan. 2019

SANTOS, Jeyveson da Silva. **A Língua Brasileira de Sinais no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal**. 2009 Trabalho monográfico do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais em Administração Corporativa do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CAECDEM) – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasília, 2009

WORLD HEALTH ORGANIZATION, **Deafness and hearing loss**. 1º de Mar. De 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/deafness-and-hearing-loss> . Acesso em: 19 Mar. De 2020

ANEXO A – CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

Plano de Curso – CFO

1. Identificação:

Estabelecimento de Ensino: Academia de Bombeiro Militar – ABMIL	
Curso: Curso de Formação de Oficiais – CFO	
Ano de elaboração do currículo: 2014	Aprovação do currículo: 2015
Ano da implantação: 2016	
Duração do curso: 2 (dois) anos e 3613 horas/aula.	

2. Objetivos:

2.1. Geral

O CFO tem por objetivo formar o Oficial Combatente Bombeiro Militar, tornando-o hábil para desempenhar das funções inerentes aos postos de 2º Tenente, 1º Tenente e de Capitão BM, para atender a comunidade na missão fim da Corporação e ao oficialato até o posto de Capitão. Tem como finalidade torná-lo apto para exercer funções de administração pública. Além disso, visa preparar o Cadete para as demandas sociais, culturais, econômicas e políticas com as quais terá que lidar na carreira.

Componente	Carga horária	Semestre				
		1	2	3	4	
Núcleo	Capacitação Física	480	120	120	120	120
	Ciências Sociais	90	60		30	
	Comunicação	90	60			30
	Direito e Legislação	135	90	45		
	Doutrina, Ensino e Instrução	225	60	45	120	
	Emergência Pré-Hospitalar	180	120	30	30	
	Gestão e Estratégia	285	45	60	30	150
	Incêndio	525	150	135	105	135
	Iniciação a pesquisa	150	30	60	30	30
	Proteção e Defesa Civil	150		105	30	15
	Salvamento	390	120	60	150	60
Subtotal		2700	855	660	645	540
Estágio	Estágio Operacional Supervisionado	432	-	120	144	168
	Estágio Administrativo Supervisionado	96	-	30	30	36
Complemento	Atividades Sócio-Culturais e Solenidades Militares	95	-	30	30	35
	Seminário Prévio (semana zero. Não é contabilizada na carga horária total)	120	-	-	-	-
	Viagem de estudos	50	-	-	-	50
Coordenação	À disposição da Coordenação	240	60	60	60	60
Subtotal		1033	60	240	264	349
Carga horária total e por semestre		3613	915	900	909	889

Eixo	Carga horária	Semestre				
		1º	2º	3º	4º	
Básico	675	255	180	105	135	
Militar	705	195	150	195	165	
Técnico-profissional	1320	405	330	345	240	
Total		2700	855	660	645	540

ANEXO B – CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS

Curso de Formação de Praças - CFP/BM					Carga Horária					
Eixo	Núcleo	Componentes Curriculares								
					1	2	3	4		
Militar	INTD Introdução	DBM	Direito Bombeiro Militar		30	30	30	30		
		RO	Redação Oficial Aplicada ao Corpo de Bombeiros Militar		15	15	15	15		
		AOBM	Administração Bombeiro Militar e História do CBMDF		25	25	25	25		
	CFBM Capacitação Física Bombeiro Militar	ACFG	Atividades de Condicionamento Físico Geral		45	45	45	45		
		NA	Atividades de Natação		45	45	45	45		
		ER	Exercícios Resistidos		30	30	30	30		
		DP	Defesa Pessoal		30	30	30	30		
	GS Guarda e Segurança	IDM	Instrução e Doutrina Militar		90	90	90	90		
		AT	Armamento e Tiro		15	15	15	15		
		CBM	Comunicação Bombeiro Militar		30	30	30	30		
Quantidade de Componentes Curriculares e Carga Horária					10	355	355	355	355	
Técnico - Operacional	AIRD - Ações Integr. de Riscos de Desas.	SCI	Sistema de Comando de Incidentes		15	15	15	15		
		SPPF	Segurança Pública e Defesa Civil		25	25	25	25		
	SALV Salvamento	IS	Introdução ao Salvamento		32	32	32	32		
		CBS	Conhecimentos Básicos de Salvamento		45	45	45	45		
		TSA 1	Técnicas de Salvamento em Altura 1		45	45	45	45		
		TSA 2	Técnicas de Salvamento em Altura 2		45	45	45	45		
		TST	Técnicas de Salvamento Terrestre		30	30	30	30		
		TSE	Técnicas Específica de Salvamento		43	43	43	43		
		SV	Salvamento Veicular		40	40	40	40		
		TSAq	Técnicas de Salvamento Aquático		45	45	45	45		
	APH Emergência Pré-Hospitalar	IAPH	Introdução ao Atendimento Pré-Hospitalar		18	18	18	18		
		SBV1	Suporte Básico de Vida 1		13	13	13	13		
		SBV2	Suporte Básico de Vida 2		16	16	16	16		
		SBV3	Suporte Básico de Vida 3		26	26	26	26		
		SBV4	Suporte Básico de Vida 4		11	11	11	11		
		SBV5	Suporte Básico de Vida 5		9	9	9	9		
		SBV6	Suporte Básico de Vida 6		5	5	5	5		
		SBV7	Suporte Básico de Vida 7		8	8	8	8		
	CINC Combate a Incêndio Urbano	SSCIP	Sistema de Segurança Contra Incêndio e Pânico		20	20	20	20		
		TCPI	Treinamento de Combate a Incêndios		40	40	40	40		
		PII	Proteção Individual em Incêndios		50	50	50	50		
		TAM	Técnicas de Armação de Mangueiras		30	30	30	30		
		ILL	Içamento de Linha e Ligação		30	30	30	30		
		PI	Progressão em Incêndios		40	40	40	40		
		ITCI	Iniciação à Tática de Combate à Incêndio		30	30	30	30		
		TLGE	Técnicas com Líquido Gerador de Espuma		15	15	15	15		
	TVT	Técnicas de Ventilação Tática		15	15	15	15			
	PA Proteção Ambiental	ONT	Noções de Orientação e Navegação Terrestre		15	15	15	15		
		PCIF	Prevenção e Combate a Incêndio Florestal		40	40	40	40		
		PP	Produtos Perigosos		25	25	25	25		
	Quantidade de Componentes Curriculares e Carga Horária					30	831	831	831	831
	Prática de QBMG	Operacional QBMG - 1	TOp I	Treinamento Operacional I		50				
			TOp II	Treinamento Operacional II		50				
TOp III			Treinamento Operacional III		38					
Direção QBMG - 2		LDD	Legislação de Trânsito e Direção Defensiva			10				
		EVS	Emprego de viaturas de socorro			10				
		TPME	Teoria e prática de Manutenção de 1° e 2° escalão			10				
		PCVO-PL	Prática de condução de viatura operacional de porte leve (AR e UR)			82				
		PCV-PP	Prática de condução de viatura de porte pesado (AO)			50				
		PCVOOR-PL	Prática de condução de viatura operacional Off Road - porte leve (ARF) e porte pesado ABTF e ATT			78		240		
Manutenção QBMG - 3		GFR-C	Gerenciamento de frota e rotina do CEMEV					20		
		ST	Segurança no Trabalho					10		
		MG-TM	Mecânica Geral - Torneiro Mecânico					30		
		MG-MD	Mecânica Geral - Mecânico Diesel					30		
		MG-MG	Mecânica Geral - Mecânico Gasolina					30		
		MG-ME	Mecânica Geral - Mecânico Eletricista de Autos					30		
	MG-EE	Mecânica Geral - Escadas e Engenhos					30			
	MG-B	Mecânica Geral - Bombas					30			
MG-MEq	Mecânica Geral - Manutenção de Equipamentos					30				
								240		

QBMG - 3	AV-CBMDF	Aviação CBMDF				10	240	
	SV	Segurança de Voo				20		
	SOp	Segurança Operacional				10		
	RADM	Rotinas Administrativas				30		
	ApS1	Apoio de Solo - Asa Fixa				43		
	ApS2	Apoio de Solo - Asa Rotativa				43		
	AS1	Aeronaves do CBMDF - Asa Fixa				42		
	AS2	Aeronaves do CBMDF - Asa Rotativa				42		
								240
	Música QBMG - 4	TG	Teoria geral da música					60
PIM		Prática com instrumento musical				90		
PM		Partituras militares				90		
EOS		Estágio Operacional Supervisionado		150	48	48	48	
Quantidade de Componentes Curriculares e Carga Horária			33					
Complementar	Compl.	Seminário Prévio (Semana Zero)		50	50	50	50	
		Complementação de Ensino		20	20	20	20	
Quantidade de Componentes Curriculares e Carga Horária			2	70	70	70	70	
A disposição da Coordenação	COORD	A disposição da Coordenação		56	56	56	56	
	Quantidade de Componentes Curriculares e Carga Horária			1				
Quantidade de Componentes Curriculares e Carga Horária Total do Curso			76	1600	1600	1600	1600	

ANEXO C – CURRÍCULO DO CURSO DE SOCORROS DE URGÊNCIA

5. PLANO DE CURSO

5.1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do estabelecimento de ensino: Grupamento de Atendimento de Emergência Pré-Hospitalar
Nome do curso: Curso de Socorros de Urgência em Atendimento Pré-Hospitalar CSU/APH
Ano de elaboração do curso: 2019
Aprovação do currículo: BG
Duração do curso: 06 semanas

5.2. OBJETIVOS

O Curso de Socorros de Urgência em Atendimento Pré-Hospitalar tem como objetivo capacitar o concludente em ações de atendimento pré-hospitalar em suporte básico de vida, habilitando-o a compor as equipes de atendimento pré-hospitalar na função de responsável técnico e/ou auxiliar técnico em uma unidade de resgate.

6. MALHA CURRICULAR DO CURSO

DISCIPLINA	UNIDADE DIDÁTICA	Hora/aula	Total h/a
I INTRODUÇÃO AO ATENDIMENTO PRÉ- HOSPITALAR	Rede de atenção às urgências e emergências no Distrito Federal	2	20
	Biossegurança e segurança do paciente	4	
	Biomecânica do trauma	4	
	Anatomia e Fisiologia Humana	10	
II Suporte Básico de Vida 1	Avaliação do paciente	10	54
	Avaliação e interpretação de sinais e sintomas	4	
	Manejo de vias-aéreas e oxigenoterapia	4	
	Choque Circulatório	2	
	Ferimentos e curativos	2	
	Reanimação cardiorrespiratória em adultos	10	
	Emergências Pediátricas	10	
	Manipulação e transporte de pacientes I	6	

	Trauma Musculoesquelético	6	
III Suporte Básico de Vida 2	Manipulação e transporte de acidentados II	5	18
	Traumatismos específicos	5	
	Queimaduras	2	
	Intoxicações exógenas	2	
	Acidentes com animais peçonhentos	2	
	Afogamentos e acidentes de mergulho	2	
IV Suporte Básico de Vida 3	Emergências cardiovasculares	4	22
	Emergências respiratórias	2	
	Emergências metabólicas	2	
	Crise convulsiva	2	
	Emergências obstétricas	8	
	Emergências em Saúde Mental	4	
V Suporte Básico de Vida em Situações Especiais	Atendimento Pré-Hospitalar em locais remotos	10	45
	Atendimento Pré-Hospitalar em operações de Salvamento	20	
	Atendimento Pré-Hospitalar em operações com Produtos Perigosos	10	
	Atendimento Pré-Hospitalar em operações com aeronaves	10	
	Atendimento Pré-Hospitalar em incidentes com múltiplas vítimas	5	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		30	30
ESTÁGIO SUPERVISIONADO		60	60
AVALIAÇÕES		29	29
EXERCÍCIOS SIMULADOS		22	15
TOTAL		300	300